

**CONTRATO DE FORNECIMENTO**

**Contrato Administrativo nº 254/2019**

**Processo Administrativo nº 10258/2019**

**Contratante:** Município de Salto

**Contratada:** Água Boa Dugri Ltda

**/Objeto:** Fornecimento de água mineral, para abastecimento dos diversos setores, departamento e secretarias da Prefeitura da Estância Turística de Salto, ou em outro local previamente informado.

**Referente:** Pregão Presencial nº 68/2019

**Valor Total:** R\$79.603,80 (setenta e nove mil, seiscentos e três reais e oitenta centavos).

**Vigência:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

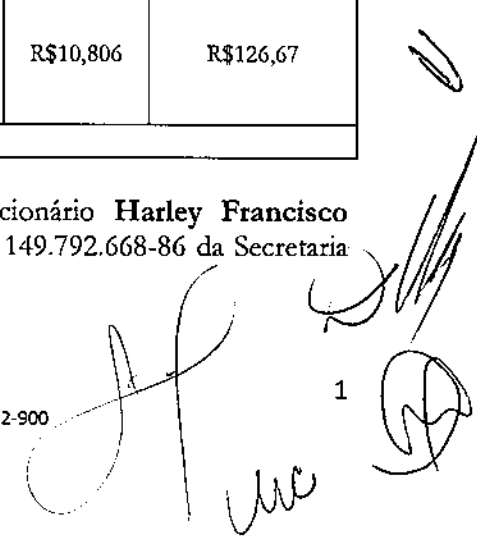
O Município de Salto, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP: 13.322-900, inscrita no CNPJ nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pela **Secretária de Administração, Sra. Monique Vidal Neves de Castro**, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.741.941 SSP/MG e CPF nº 685.895.816-91, pela **Secretária de Educação, Sra. Fernanda Cristina de Almeida Barbutto**, brasileira, casada, portadora do RG nº 27.055.098-7 e do CPF nº 177.176.568-25 e pelo **Secretário de Saúde, Sr. Fernando Amâncio de Camargo**, brasileiro, casado, portador do RG nº 19.345.788-X e do CPF nº 133.190.568-08, ora designada simplesmente como *Contratante* e de outro lado à **Água Boa Dugri Ltda**, sediada a Rodovia Prefeito Hilário Ferrari nº 10.100 (SP, Pedregulho, CEP: 13312-000, Telefone (11) 4013-2018, na cidade de Itu/SP, inscrita no CNPJ (MF) nº 23.282.454/0001-06 e Inscrição Estadual nº 387.222.528.110, neste ato representada pelo **Sr. Glicério Silveira Arruda**, brasileiro, divorciado, sócio proprietário, portador do RG nº 8.283.650-4 e do CPF nº 021.287.768-21, doravante designada simplesmente *Contratada*, têm entre si justo e acordado o presente contrato, conforme as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento de água mineral, para abastecimento dos diversos setores, departamento e secretarias do Município de Salto, ou em outro local previamente informado, conforme especificações em anexo ao contrato, a cargo da Secretaria de Administração.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde Anual	Valor Unit.	Valor Total
1	Água Mineral Galão com 20 litros	Galão c/ 20 litros	Primavera	8.292	R\$7,7470	R\$64.238,12
2	Água Mineral Copo de 200 ml	Caixa c/ 48 unidades	Primavera	1.172	R\$13,00	R\$15.236,00
3	Água Mineral c/ Gás Garrafa Plástica com 500ml	Fardo c/ 12 unidades	Crystal Gold	12	R\$10,806	R\$126,67
<b>Valor Total da Proposta: R\$79.603,80</b>						

**Parágrafo Único:** A gestão do contrato será realizada pelo funcionário **Harley Francisco Sampaio**, Diretor de Divisão, portador do RG: 19.636.056-0, e CPF: 149.792.668-86 da Secretaria de administração



## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, caso o procedimento finalize antes do dia 22/11/2019, deve ser considerado como vigência contratual a partir do dia 23/11/2019, caso contrário na assinatura do contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O fechamento dos pedidos será mensal, devendo a empresa encaminhar relatório e os comprovantes da entrega do material contendo; data, local, item e assinatura do responsável pelo recebimento, e o pagamento deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, descontada a dezena, a partir do recebimento pela Secretaria de Finanças do documento fiscal, após atestada pelo gestor do contrato e aprovado pela autoridade competente, respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

3.2. Em todo o faturamento a contratada deverá apresentar Laudo de análise físico – química e microbiológica emitido por laboratório ou entidade idônea e reconhecida, referente à marca da água fornecida e indicada na proposta ofertada durante o contrato, juntamente com as notas fiscais de cada empenho para a Secretaria de Administração. Caso a Contratada deixe de fornecê-lo, o pagamento será suspenso automaticamente

3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

3.4. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial nº 68/2019, e Contrato Administrativo nº254/2019.

3.5. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

3.6. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à contratada, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As verbas para pagamento do objeto do presente contrato estão de acordo com a dotações orçamentárias vigentes de nºs:

Secretarias	Dotações	Fichas
Secretaria de Educação	02.06.09.339030.12.361.0002.2.659.01.220000 Recursos Próprios - Tesouro	81
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.05.301001 Recursos Federais	170
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.01.310000 Recursos Próprios - Tesouro	168
Secretaria de Saúde	02.08.05.339030.10.305.0005.2.631.05.303001 Recursos Federais	224
Secretaria de Saúde	02.08.03.339030.10.302.0005.2.632.05.302003 Recursos Federais	192
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.02.301008 Recursos Estaduais	169
Secretaria de Administração	02.04.01.339030.04.122.0001.2.601.01.110000 Recursos Próprios - Tesouro	29

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PEDIDOS E DAS ENTREGAS**

5.1. As solicitações serão realizadas pelos diversos setores, departamentos e secretarias do Município de Salto e a empresa deverá entregar em até 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação no local designado, e as entregas serão feitas parceladamente conforme necessidade do Município de Salto.

5.2. Os quantitativos totais expressos no Anexo deste Edital são estimativos e representam a previsão do Município, durante o prazo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

5.3. Não será apreciado pedido de prorrogação no prazo de entrega apresentado após a data limite estabelecida no item 5.1.

5.4. Os itens deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente indetectada e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhuma avaria (amassado, rachaduras, vazamentos, sujeira).

5.5. A contratante rejeitará no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o contrato.

5.6. A Contratada deverá efetuar a troca imediata do produto entregue, objeto deste contrato, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o município.

5.7. A Contratada não deverá gerar inconvenientes para o Município de Salto, como a não entrega ou a entrega com atraso dos produtos solicitados, ou quantidade inferior ou insuficiente ao solicitado.

5.8. Caso a Contratada tenha o registro do seu produto cancelado junto a ANVISA ou por qualquer motivo tenha a comercialização interrompida, deverá a mesma substituí-lo, por produto equivalente, nos termos do edital e contrato, sem alteração

5.9. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Salto, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos.

5.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Salto, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos.

5.11. A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1 A Contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20

(vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas nas Leis Federais n°s 8.666/93 e 10.520/02.

6.3. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

6.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

6.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

6.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. A contratada deverá executar os serviços de acordo com as condições estabelecidas no edital, contrato.

7.2. A contratada obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios, defeitos ou incorreções dos produtos.

7.3. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a contratada obrigar-se-á a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.

7.4. A contratada se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

7.5. O objeto do presente contratado será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Contrato.

7.6. A Contratada será civil e criminalmente responsável por quaisquer acidentes ou danos que der causa, na execução do fornecimento contratado. É de responsabilidade exclusiva da Contratada, seguros desta natureza.

7.7. A fiscalização da Secretaria de Administração poderá embargar o prosseguimento de qualquer serviço e ainda suspender os pagamentos, se o mesmo, estiver em desacordo com as obrigações assumidas e especificações previstas pela Contratante.

7.8. A Contratada deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes ao fornecimento executado por seus empregados.

7.9. A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar e a Contratada deverá cumprir a comprovação do contrato de trabalho, a regularidade com o FGTS e com a Previdência Social de seus empregados ligados ao objeto deste contrato. Mesmo sem conferência da Contratante, a responsabilidade é única e exclusiva da Contratada para com seus empregados e os encargos sociais devidos. Caso a Contratante seja condenada a pagar qualquer verba trabalhista, previdenciária ou encargos sociais, este contrato, acompanhado da sentença transitada em julgado, valerá como título executivo extrajudicial. O mesmo se aplica caso haja qualquer ação de natureza cível, promovida por funcionário ou por pessoa prejudicada com a execução deste contrato.

7.10. Caso ocorra o descumprimento do pagamento das obrigações previdenciárias e fundiárias, a Contratante se reserva o direito de reter referida verba, fazer o recolhimento devido e descontar na fatura, nos termos do Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999 e suas atualizações.

7.11. A Contratada obriga-se a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

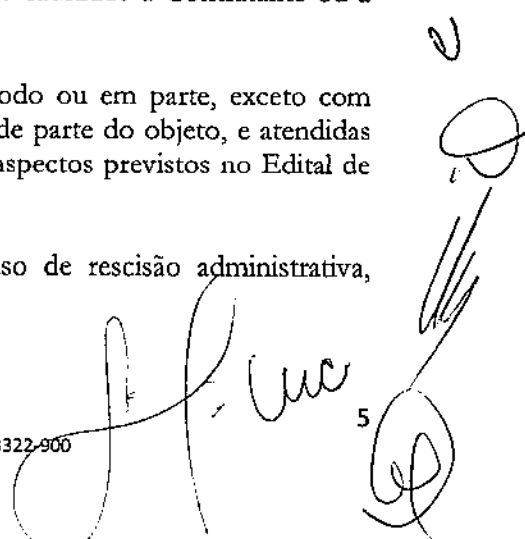
7.12. A Contratada, neste ato, declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como das obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8666/93 e suas atualizações, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 68/2019.

7.13. A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, refazer ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos equipamentos/peças/materiais/serviços.

7.14. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa por conta do objeto contratado, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.

7.15. São vedadas as subcontratações do contrato a terceiros no todo ou em parte, exceto com anuência expressa e por escrito do Município de Salto e desde que de parte do objeto, e atendidas pelo subcontratado todas as exigências de idoneidade sob todos os aspectos previstos no Edital de Licitação, conforme disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

7.16. A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.



5

7.17. Constituem motivos para rescisão deste contrato, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.


7.18. A Contratada, neste ato, declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como das obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8666/93 e suas atualizações, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 68/2019.


### CLÁUSULA OITAVA – FORO

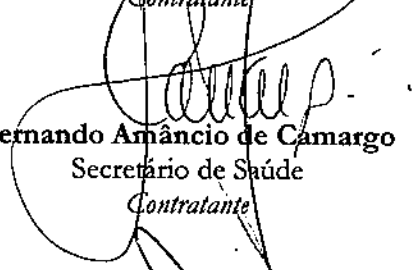
8.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Salto/SP, 18 de Novembro de 2019.

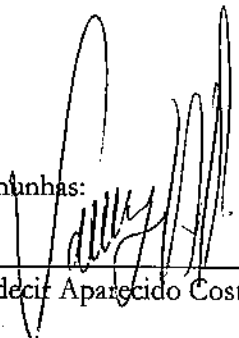
  
**Monique Vidal Neves de Castro**  
Secretária de Administração  
*Contratante*

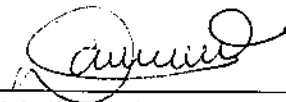
  
**Fernanda Cristina de Almeida Barbutto**  
Secretária de Educação  
*Contratante*

  
**Fernando Amâncio de Camargo**  
Secretário de Saúde  
*Contratante*

**Água Boa Dugri Ltda**  
*Contratada*

Testemunhas:

  
1- Valdecir Aparecido Costa

  
2- Daniele Dutra da Silva Mazzer

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SALTO

**CONTRATADO:** ÁGUA BOA DUGRI LTDA

**CONTRATO N° (DE ORIGEM):** 254/2019

**OBJETO:** FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, PARA ABASTECIMENTO DOS DIVERSOS SETORES, DEPARTAMENTO E SECRETARIAS DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO, OU EM OUTRO LOCAL PREVIAMENTE INFORMADO.

**ADVOGADO (S) / N° OAB: (\*)** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Salto/SP, 18 de Novembro de 2019.

**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: José Geraldo Garcia

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 032.586.138-26 RG: 12.424.665-5

Data de Nascimento: 07/01/1962

Endereço residencial completo: Alameda Lipisano, nº 515, Haras Paineiras - CEP 13324-312, na cidade de Salto/SP.

E-mail institucional: gabineteprefeito@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: josegeraldogarciasalto@gmail.com

Telefone (s): (11) 99293-7349

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**PELA CONTRATANTE**

Nome: Monique Vidal Neves de Castro

Cargo: Secretária de Administração

CPF: 685.895.816-91 RG: 4.741.941 SSP/MG

Data de Nascimento: 25/11/1969

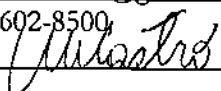
Endereço residencial completo: Avenida Remígio Dalla Vecchia, nº431, apto 86, Bairro Nair Maria, CEP: 13322-270 na cidade de Salto/SP.

E-mail institucional: [secretaria.adm@salto.sp.gov.br](mailto:secretaria.adm@salto.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [mvidalneves@gmail.com](mailto:mvidalneves@gmail.com)

Telefone (s): (11) 4602-8500

Assinatura



Nome: Fernanda Cristina De Almeida Barbutto

Cargo: Secretária Municipal de Educação

CPF: 177.176.568-25 RG: 27.055.098-7

Data de Nascimento: 06/07/1972

Endereço residencial completo: Rua Dos Tucanos, 125, Terras De Santa Izabel, Salto SP.

E-mail institucional: [fernanda.educa@salto.sp.gov.br](mailto:fernanda.educa@salto.sp.gov.br)

E-mail pessoal : [fbarbutto@gmail.com](mailto:fbarbutto@gmail.com)

Telefone (s) (11)4602-8698/8697/8696

Assinatura:



Nome: Fernando Amâncio de Camargo

Cargo: Secretário da Saúde

CPF: 133.190.568-08 RG: 19.345.788-X

Data de Nascimento: 27/09/1969

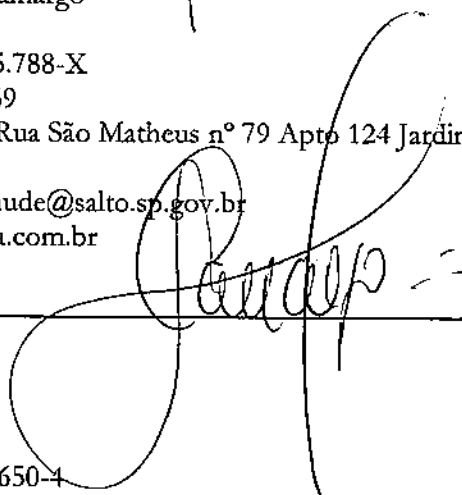
Endereço residencial completo: Rua São Matheus nº 79 Apto 124 Jardim Nova Era, CEP 13327-360, na cidade de Salto/SP.

E-mail institucional: [secretario.saude@salto.sp.gov.br](mailto:secretario.saude@salto.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [facamargo@terra.com.br](mailto:facamargo@terra.com.br)

Telefone (s): (11)98938-9632

Assinatura:



**PELA CONTRATADA:**

Nome: Glicério Silveira Arruda

Cargo: Sócio Proprietário

CPF: 021.287.768-21 RG: 8.283.650-4

Data de Nascimento: 17/03/1959

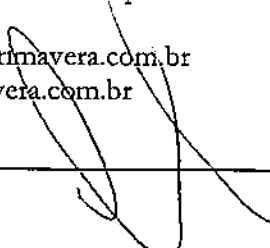
Endereço residencial completo: Rua Alameda Sibipirunas nº479, Condomínio Portal de Itu, na cidade de Itu/SP.

E-mail institucional: [contato@aguafonteprimavera.com.br](mailto:contato@aguafonteprimavera.com.br)

E-mail pessoal: [contato@aguafonteprimavera.com.br](mailto:contato@aguafonteprimavera.com.br)

Telefone (s): (11) 4013-2018/99547-1310

Assinatura



**Advogado:**

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.